

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações Financeiras
em
30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatórios do auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Morgan Stanley

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco Morgan Stanley S.A.

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho 2025, do Banco Morgan Stanley S.A. (“**Banco Morgan Stanley**”).

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Morgan Stanley está sendo apresentado juntamente com as divulgações das Demonstrações Financeiras individuais do Banco Morgan Stanley (líder do Conglomerado).

D) EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Entre os acontecimentos que marcaram o semestre, destacam-se:

a) Patrimônio Líquido e Resultado no Semestre

- **Aumento do Capital Social**

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 218.456 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais), mediante a emissão de 218.455.600 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 27 de maio de 2025.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025, aprovou ainda a não distribuição desses dividendos.

- **Resultado no Semestre antes da Destinação dos Lucros**

O Banco Morgan Stanley registrou Lucro Líquido no Semestre de R\$ 151.393 mil, correspondente a R\$ 0,09 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido final de 11,23%.

Morgan Stanley

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco Morgan Stanley S.A.

II) PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO (ACORDO DA BASILÉIA)

O índice da Basileia em 30 de Junho de 2025 é de 22,60%.

III) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital>

São Paulo, 12 de setembro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do Banco Morgan Stanley S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Morgan Stanley S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Morgan Stanley S.A. em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores

comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração de instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários e certificados de operações estruturadas

Veja as Notas 3g, 5, 6 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários classificados como Valor Justo por meio de Resultado e certificados de operações estruturadas - passivo registrados ao valor justo, conforme regulamentação emitida pelo Conselho Monetário Nacional. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e cujos preços ou parâmetros de mercado não estão disponíveis, a mensuração do valor justo está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração dos seus modelos internos e nas premissas utilizadas para estimar esses valores.</p> <p>Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvido, consideramos a mensuração dos valores justo desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor de mercado dos ativos e passivos financeiros.</p> <p>Avaliamos, por amostragem, e com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração dos valores justo dos ativos e passivos financeiros e recalculamos os correspondentes valores de mercado dessas operações.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes das normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos valores justo dos instrumentos financeiros derivativos ao valor justo por meio de resultado, títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de resultados e certificado de operações estruturadas - passivo, e as devidas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Guilherme Zuppo Ventura Diaz

Contador CRC 1SP294326/O-3

Banco Morgan Stanley S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	4	641	Passivos financeiros	11	19.926.001
Ativos financeiros	6	24.260.816	Ao Valor Justo por meio do Resultado		10.213.756
Ao Valor Justo por meio do Resultado		21.978.754	Instrumentos financeiros derivativos		9.920.672
Títulos e Valores Mobiliários		11.648.874	Certificado de Operações Estruturadas		293.084
Instrumentos financeiros derivativos		10.329.880	Ao Custo Amortizado		9.712.245
Ao Custo Amortizado		2.282.062	Depósitos de clientes		4.676.252
Aplicação em depósitos interfinanceiros		2.280.693	Operações compromissadas		1.214.729
Negociação e Intermediação de Valores		15	Obrigações por empréstimos e repasses		1.638.222
Recebíveis de clientes		1.354	Letras Financeiras		1.002.628
Outros ativos	8	246.747	Certificado de Operações Estruturadas		1.158.798
Investimentos		179	Negociação e Intermediação de Valores		20.547
Ativos por impostos correntes		48.813	Outros Passivos financeiros		1.069
Ativos por impostos diferido	9a	203.737	Passivos por impostos correntes	13	192.568
Ativos imobilizados	10	49.643	Passivos por impostos diferidos		20.060
Total do ativo		<u>24.810.576</u>	Outros passivos	12	408.296
			Patrimônio líquido	14	4.263.651
			Capital	14a.	2.182.937
			Reserva de Lucros	14.d.e	2.080.635
			Ajuste de avaliação patrimonial		79
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>24.810.576</u>

(0)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	Nota	<u>Semestre</u> <u>2025</u>
Receitas da intermediação financeira		<u>1.155.513</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.056.676
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		98.837
Despesas da intermediação financeira		<u>(645.002)</u>
Operações de captação no mercado		(607.352)
Despesas de empréstimo no exterior		(37.669)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	19
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>510.511</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(234.180)</u>
Despesas de pessoal	17.c	(256.379)
Despesas de honorários	17.c	(49.591)
Outras despesas administrativas	17.b	(111.644)
Despesas tributárias	17.a	(35.602)
Despesas de provisões passivas	17.e	(226)
Outras receitas operacionais	17.f	223.542
Outras despesas operacionais	17.d	(4.280)
Resultado operacional		<u>276.331</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>276.331</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(124.938)</u>
Provisão para imposto de renda	13	(101.667)
Provisão para contribuição social	13	(81.450)
Ativo/passivo fiscal diferido	13	58.179
Lucro líquido do semestre		<u><u>151.393</u></u>
Quantidade de ações (em milhares)		<u><u>1.732.452</u></u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u><u>0,09</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	06.2025
Lucro líquido do semestre	151.393
Outros resultados abrangentes	
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-
Efeito tributário	-
Resultado abrangente total no semestre	<u><u>151.393</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.964.481	-	210.010	1.719.232	(6.643)	-	3.887.080
Mudança na adoção inicial da 4.966						6.722	-	6.722
Saldos em 01 de janeiro de 2025		1.964.481	-	210.010	1.719.232	79	-	3.893.802
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28/04/2025	14.a	218.456	-	-	-	-	-	218.456
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	151.393	151.393
Proposta de destinação dos lucros:								
Reserva legal	14.c	-	-	7.570	-	-	(7.570)	-
Reserva estatutária	14.d	-	-	-	143.823	-	(143.823)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>2.182.937</u>	<u>-</u>	<u>217.580</u>	<u>1.863.055</u>	<u>79</u>	<u>-</u>	<u>4.263.651</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Semestre</u>
	2025
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido do semestre	151.393
Ajustes ao Lucro Líquido :	<u>48.049</u>
Depreciações e amortizações	10.638
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/ Passivos)	6.723
Ajuste compensatório de preço de transferência	(210.196)
Variação cambial de provisões	8.044
Provisões passivas	(226)
Provisões operacionais	19
Provisões com remuneração variável	145.124
Impostos diferidos	(58.179)
Imposto de renda e contribuição social	146.102
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.649.996
(Aumento) de títulos e valores mobiliários	(1.574.481)
(Aumento) de instrumentos financeiros derivativos ativos	(2.730.585)
Redução de depósitos interfinanceiros	7.348
Redução de outros ativos	2.938.187
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	
Aumento de certificados de operações estruturadas	67.881
Aumento de instrumentos financeiros derivativos passivos	2.513.034
Aumento de Recursos de Aceites cambiais	455.583
(Redução) de outros passivos	(2.963.037)
Aumento de provisões	80.842
Aumento de depósitos	548.815
(Redução) de operações compromissadas	(1.714.362)
Fluxos de caixa (utilizados) em atividades operacionais	<u>(720.779)</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social no semestre	(94.027)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizados) nas atividades operacionais	(814.806)
Fluxos de caixa (utilizados) nas atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado de uso	(2.713)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	<u>(2.713)</u>
Fluxos de caixa proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento	
Captação em obrigações por empréstimos no exterior	453.066
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>453.066</u>
Varição total em caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>(165.011)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.376.891
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	<u>2.211.880</u>
Varição total em caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>(165.011)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (“Banco”) foi reorganizado em banco múltiplo nos termos da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tinha como seus controladores as empresas MSL Incorporated e Morgan Stanley Latin America Incorporated até setembro de 2021, quando esta última foi incorporada pela Morgan Stanley International Holdings Inc., desta forma, a partir de 1º de outubro de 2021, o quadro societário do Banco passou a ser composto por Morgan Stanley International Holdings Inc. e MSL Incorporate. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas, derivativas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimento, de acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil a ele aplicáveis e com as disposições legais e regulamentares em vigor, inclusive câmbio, bem como a gestão e a administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio, acionista ou quotista.

2 Base de preparação

a. Apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Conforme faculdade prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco não apresentará os saldos comparativos aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras do Banco apresentam os saldos da agência Cayman (“Agência”) de forma consolidada. A Agência Cayman apresenta no semestre findo em 30 de junho de 2025:

	06.2025	
	US\$	R\$
Ativo	<u>1.123</u>	<u>6.677</u>
Disponibilidades	5	30
Aplicações interfinanceiras de liquidez	41	226
Outros créditos	1.177	6.421
Passivo	<u>1.123</u>	<u>6.677</u>
Outras obrigações	<u>2</u>	<u>11</u>
Patrimônio líquido	<u>1.121</u>	<u>6.666</u>
Capital social	1.000	2.176
Reservas	221	4.791
Prejuízo no exercício	(100)	(301)

As demonstrações financeiras da dependência no exterior tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e convertidas para reais pela cotação de R\$ 5,4571.

A Administração usa de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto diferido, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas semestralmente.

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas para divulgação pela administração em 12 de setembro de 2025.

b. Normas, alterações e interpretações de normas

Novas normas, alterações e interpretações aplicáveis para o semestre findo em 30 de junho de 2025

A Resolução CMN nº 4.966, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, adaptou os conceitos do IFRS 9 Financial Instruments para Instituições Financeiras, trazendo para a contabilidade local conceitos já praticados na contabilidade internacional, tais como Fair Value Option (FVO), Day One PNL – diferimento do resultado no reconhecimento inicial da transação, apropriação de receitas e despesas considerando o método de juros efetivos, ajuste ao valor justo decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição para passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 e 3, nova metodologia de constituição da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e novos critérios para Hedge accounting.

Modelos de negócio foram documentados e aprovados pela Diretoria, levando em consideração como os grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo específico, a forma como os resultados são apresentados para a diretoria, os riscos que podem afetar o desempenho do modelo de negócio e como esses riscos são administrados, a base de remuneração dos gestores do negócio, entre outros pontos relevantes. No âmbito da formalização dos modelos de negócios, foram efetuados também os testes de SPPJ (Somente pagamento de principal e juros), com vistas a cumprir com os requerimentos necessários para a classificação dos instrumentos financeiros.

O Banco não apurou efeitos significativos no patrimônio líquido decorrentes da implementação da Resolução n.º 4.966/21. Os impactos observados se concentram na: (i) Adequação ao novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF; (ii) Documentação de modelos de negócios e políticas contábeis para classificação e mensuração dos ativos financeiros; e (iii) Adequações sistêmicas.

Em conformidade com a Resolução CMN no. 4.966, os principais impactos para fins de classificação contábil a partir de 1º de janeiro de 2025 foram:

- (i) Títulos de Renda Fixa classificados até 31/12/2024 como disponíveis para venda, que passam ser classificados como Ativo Financeiro ao Valor Justo no Resultado;
- (ii) Operações de câmbio pronto classificados até 31/12/2024 como Outros Créditos, que passam a ser classificados como Instrumentos Financeiros Derivativos ao Valor Justo no Resultado.

c. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo no resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

e. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros - nota 6
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 9 e 13
- Pagamento baseado em ações - nota 3(o)
- Contingências - nota 3(n) e 16

A instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/demonstracoes-financeiras>).

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelo Banco.

a. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de

câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

b. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos financeiros de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstrações de resultados.

c. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

d. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos contabilizados por seus valores justos no resultado e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

e. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da

reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária.

f. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (nota 4)

g. Instrumentos financeiros

O Banco classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação é realizada através da análise do modelo de negócios em conjunto com o teste SPPI.

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest).

- Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

I. Instrumentos financeiros mensurados valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles instrumentos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os instrumentos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Instrumentos financeiros obrigatoriamente classificados como valor justo por meio do resultado (VJR)

Instrumentos financeiros mantidos para negociação

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação incluem ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de venda ou recompra em um curto prazo de tempo ou é parte de uma carteira para a qual há evidências de realização de lucros no curto prazo, essa categoria inclui também todos os contratos Derivativos.

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação, incluindo todos os contratos de Derivativos, são inicialmente registrados ao valor justo. Mudanças subsequentes no valor justo, variação cambial, juros e dividendos são refletidos no resultado do Consolidado em “Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

Instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

São os ativos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com a Resolução 4.966 do Banco Central, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Ganho (perda) líquido de ativos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

II. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. O resultado das perdas associadas ao risco de crédito, receita de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado.

O Banco não possuía ativos classificados nesta categoria em 30 de junho de 2025.

III. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizados quando o objetivo do modelo de negócio é coletar os fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério do teste SPPI de valor do ativo até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando o

Banco se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento.

Custos de transação são os custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou eliminação de um instrumento financeiro. Custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro são adicionados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo custo amortizado incluem valores pendentes de liquidação e recebíveis de clientes.

h. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.
- Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.
- Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos ou com atraso superior a 90 dias. Para estes casos, os instrumentos financeiros têm o reconhecimento de juros somente pelo seu recebimento.

i. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

O Banco mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.

- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Quando o instrumento de hedge vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de hedge accounting, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Banco não possui instrumentos financeiros de derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

j. Ativo imobilizado

(i) **Reconhecimento e avaliação**

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

k. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de

benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências Passivas** - A constituição das provisões para passivos contingentes é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

m. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Banco participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais preveem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Banco. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“grant date”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“vesting period”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais preveem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

n. Resultado recorrente/não recorrente

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de entidade”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2025, no montante de R\$ 151.393 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Disponibilidades	414
Aplicação em moeda estrangeira	226
Depósitos voluntários Bacen	2.211.240
Total	2.211.880

5 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2025		
	Estágio 1	Estágio 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	21.978.754	-	21.978.754
Títulos e Valores Mobiliários	11.648.874	-	11.648.874
Título Públicos	2.409.599	-	2.409.599
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.559.403	-	1.559.403
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	758	-	758
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	849.438	-	849.438
Cotas de Fundo de Investimento	9.239.275	-	9.239.275
Cotas de Fundo de Investimentos	9.239.275	-	9.239.275
Instrumentos financeiros derivativos (**)	10.329.880	-	10.329.880
Câmbio	42.038	-	42.038
Swap	2.180.229	-	2.180.229
NDF	2.766.259	-	2.766.259
Termo	4.548.094	-	4.548.094
Opções	725.572	-	725.572
Commodities	67.688	-	67.688
Ao custo amortizado (*)	2.282.062	-	2.282.062
Aplicação em depósitos interfinanceiros	2.280.693	-	2.280.693
Recebíveis de clientes	-	74.973	74.973
Provisão para perda esperada	-	(73.619)	(73.619)
Negociação e Intermediação de Valores	15	-	15

(*) Em 30 de junho de 2025, o Banco possuía um total de (R\$ 73.619), a título de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, demandada de operações de clientes inadimplentes. Considerando o prazo de vencimento, então vencidas acima de 15 dias.

(**) Conforme descrito nas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

6 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados à taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos) - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base em preços divulgados pela B3 S.A..

O Banco tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como Bm&fBovespa, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos

e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

No caso dos certificados de operações estruturadas (contratos híbridos), o Banco possui apenas operações onde o componente principal é passivo financeiros. Dessa forma é considerado a valor justo apenas a porção do derivativo embutido, observado a representação de forma segregada estabelecida pelo Art. 11 da Resolução CMN 4.966.

Em alguns casos, dado prazos mais longos, os ativos objetos possuem liquidez reduzida e muitas vezes não observáveis, nesses casos é utilizado o método de extrapolação a partir de dados observáveis e, por conservadorismo, são classificados como nível 3.

A tabela abaixo representa o tipo de ativo objeto e o prazo o qual o método de extrapolação é utilizado:

Ativo objeto	Ação	Índice	Fundos	ETF	ADR
Horizonte de dados observáveis do ativo objeto	Acima de 3 anos	Acima de 5 anos	Acima de 2 anos	Acima de 3 anos	Acima de 3 anos

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Nível 1 - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1, 2 e 3 no semestre findo em 30 de junho de 2025.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 no semestre findo em 30 de junho de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Ativos Financeiros	2025			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao valor Justo por meio do Resultado	-	21.895.581	119.303	21.978.754
Títulos e Valores Mobiliários	-	2.409.599	-	2.409.599
Títulos Públicos	-	2.409.599	-	2.409.599
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	1.559.403	-	1.559.403
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	758	-	758
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	849.438	-	849.438
Cotas de Fundos de Investimentos	-	9.239.275	-	9.239.275
Cotas de Fundos de Investimentos	-	9.239.275	-	9.239.275
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.210.577	119.303	10.329.880
<i>Câmbio</i>	-	42.038	-	42.038
<i>Swap</i>	-	2.160.968	19.261	2.180.229
NDF	-	2.755.089	11.169	2.766.258
Termo	-	4.548.094	-	4.548.094
Opções	-	636.699	88.873	725.572
Commodities	-	67.689	-	67.689
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	-	(10.066.651)	(146.565)	(10.213.756)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(175.175)	(117.909)	(293.084)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(9.892.016)	(28.656)	(9.920.672)
<i>Câmbio</i>	-	(29.541)	-	(29.541)
<i>Swap</i>	-	(2.128.812)	(24.340)	(2.153.152)
NDF	-	(2.674.074)	(4.316)	(2.678.390)
Termo	-	(4.548.094)	-	(4.548.094)
Opções	-	(444.671)	-	(444.671)
Commodities	-	(66.824)	-	(66.824)

Análise de sensibilidade de operações nível 3

A tabela a seguir, fornece a análise de sensibilidade desses valores justos e a metodologia aplicada na apuração do valor justo do instrumento financeiro classificado como nível 3:

Em milhares de reais

Valor Justo	Técnica de Valorização	Dados não observáveis / Sensibilidade da mudança do valor justo utilizando dados não observáveis significativos (Nível 3)
-------------	------------------------	---

				Faixa	Média
Ativos					
Financeiros					
ao Valor Justo por meio do Resultado					
Instrumentos financeiros derivativos					
Opções	88.873	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	10% to 50%	22%
		Modelo de opção	Volatilidade da curva	-4% to 1%	-1%
Swap	19.261	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	5.4% to 5.9%	Mean 5.7%, Median 5.7%
		Modelo de opção	Correlação entre moedas	-50% to -10%	Mean -49%, Median -30%
NDF	11.170	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	5.4% to 5.9%	Mean 5.7%, Median 5.7%
		Modelo de opção	Correlação entre moedas	-50% to -10%	Mean -49%, Median -30%
Passivos Financeiros					
ao Valor Justo por meio do Resultado					
NDF	(4.317)	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	5.4% to 5.9%	Mean 5.7%, Median 5.7%
			Correlação entre moedas	-50% to -10%	Mean -49%, Median -30%
Certificado de Operações Estruturadas	(117.909)	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	18% to 26%	22%
			Volatilidade da Curva	-4% to -1%	-2%
			Correlação Cambial	-65% to -10%	-58%
Swap	(24.340)	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	5.4% to 5.9%	Mean 5.7%, Median 5.7%
			Correlação entre moedas	-50% to -10%	Mean -49%, Median -30%

7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros associados ao risco de crédito				
Ao custo amortizado				
Recebíveis de clientes	-	-	73.619	73.619
Provisão para perdas esperadas	-	-	(73.619)	(73.619)
Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito	-	-	-	-

8 Outros ativos

	2025
Valores a receber ligadas (*)	3.241
Ajuste compensatório de preço de transferência (*)	232.676

Adiantamentos e antecipações salariais	5.011
Adiantamentos a fornecedores	3.307
Outros	2.512
Total	246.747

(*) Vide nota explicativa nº 15 de Partes relacionadas.

9 Imposto diferido

a. Créditos tributários

- **Natureza e origem** - Os créditos tributários do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no montante de R\$ 203.737, foram substancialmente constituídos sobre as diferenças temporárias da remuneração variável apurado sobre a base de cálculo de imposto de renda e da contribuição social.
- **Critérios de constituição** - Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.842/20, de 30 de julho de 2020, constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 113.187, e 15% para os créditos tributários para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no montante de R\$ 90.550.

O Banco não possuía créditos tributários não ativados de qualquer natureza em 30 de junho de 2025.

	2025
Diferenças temporárias	
Ajuste ao valor de mercado	35.793
Provisão para bônus, gratificação periódica e contingências	131.677
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	36.267
Total dos Créditos tributários ativos	203.737
Passivo Diferido sobre diferenças temporárias	<u>(20.060)</u>
Total líquido dos créditos tributários	183.677.

- **Expectativa de realização** - Conforme tabela abaixo:

Exercício	Crédito tributário	Valor presente (*)
2025	82.478	74.592
2026	60.844	50.693
2027	26.070	22.165
2028	12.773	10.674
2029	4.227	3.528
2030	3.051	2.560
2032	11.432	9.527
2033	317	265
2034	455	379
2035	2.090	1.748
Total	203.737	176.131

(*) O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas curvas de juros pré- fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

- **Valores constituídos e baixados no semestre** - A movimentação dos créditos tributários ativos no semestre findo em 30 de junho de 2025 pode ser demonstrada como segue:

	2025	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2024	168.842	168.842
Constituição no exercício	114.699	114.699
(Reversão)	(20.563)	(20.563)
(Realização)	(59.241)	(59.241)
Saldo Final em 30/06/2025	203.737	203.737

b. Passivos por impostos correntes

	06.2025
Passivos por impostos correntes:	
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	183.117
Outros impostos e contribuições a recolher	9.451
Total impostos correntes	192.568
Total passivos por impostos correntes	192.568

10 Imobilizado de uso

Descrição	Taxas de depreciação - %	06.2025			
		Saldo Bruto	Aquisição/ (Alienação) no Exercício	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	20	38.100	-	(21.678)	16.422
Móveis e Equipamentos de uso	20	108.578	-	(75.357)	33.221
Total	20	146.856	-	(97.034)	49.643

11 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros	19.926.001	19.926.001
ao Valor Justo por meio do Resultado	10.213.756	10.213.756
Instrumentos financeiros derivativos (*)	9.920.672	9.920.672
Câmbio	29.541	29.541
Swap	2.153.152	2.153.152
NDF	2.678.390	2.678.390
Opções	444.671	444.671
Termo	4.548.094	4.548.094
Commodities	66.824	66.824
Certificado de Operações Estruturadas	293.084	293.084
	Valor Contábil	
ao Custo Amortizado	9.712.256	
Depósito de Clientes	4.676.252	
Operações compromissadas	1.214.729	
Obrigações por empréstimo e repasses	1.638.222	
Letras Financeiras	1.002.628	
Certificado de Operações Estruturadas	1.158.798	
Negociação e Intermediação de Valores	20.547	
Outros Passivos Financeiros	1.069	

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

(*) Conforme descrito nas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

12 Outros passivos

	2025
Despesa de Pessoal	316.577
Valores a pagar a sociedades ligadas (*)	69.262
Comissões a pagar sobre operações estruturadas	15.621
Provisão para passivos contingentes	4.785
Outros	<u>2.051</u>
Total	<u>408.285</u>

(*) Vide nota explicativa nº 15 de Partes relacionadas.

13 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	<u>06.2025</u>	
	IR	CS
Resultado antes do imposto	276.332	276.332
Juros sobre o capital próprio	-	-
Adições (exclusões) permanentes		
Despesas indedutíveis	716	716
Incentivos	133	133
Receita atualização Selic	(2.986)	(2.986)
Adições (exclusões) temporárias		
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	46.208	46.208
Remuneração variável	86.639	86.639
Provisões (referente perda esperada associada ao risco de crédito e contingência)	207	207
Base de cálculo	407.249	407.249
IR/CS apurado	101.800	81.450
Incentivos fiscais de dedução	(133)	-
IR/CS exercício anterior	-	-
IR / CS sobre o resultado do exercício	<u>101.667</u>	<u>81.450</u>
Ativo/Passivo fiscal diferido (1)	(31.484)	(25.187)
IR/CS diferido exercício anterior	(838)	(670)
Total Líquido de IR/CS	<u>69.345</u>	<u>55.592</u>

(1) O ativo fiscal diferido refere-se, majoritariamente, a imposto de renda e contribuição social sobre marcação a mercado de instrumentos financeiros.

14 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 1.732.451.646 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 218.456 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais), mediante a emissão de 218.455.600 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 27 de maio de 2025.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025 foi aprovada a não distribuição dos dividendos apurados em 31 de dezembro de 2024, utilizados para o referido aumento de capital no montante de R\$ 218.456.

Em 20 de dezembro de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a destinação da remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre o Lucro Líquido estimado para o semestre findo em 30 de junho de 2025, após a constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 257.006, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, na forma da Circular nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil, e reduziu a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 115.653.

O pagamento dos juros a título de remuneração sobre capital próprio será ratificado, caso aplicável, na Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as demonstrações financeiras.

c. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no semestre findo em 30 de junho de 2025.

d. Reserva legal

O Banco constituiu a título de Reserva Legal, com base no lucro líquido do semestre, o montante de R\$ 7.570.

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2025 após todas as destinações no montante de R\$ 143.824.

f. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 30 de junho de 2025 era a seguinte:

	2025
<i>Capital</i>	2.182.937
Reservas de Lucros	2.080.635
Resultado abrangente	79
Total do patrimônio líquido	4.263.651

15 Transações com partes relacionadas

O Banco mantém transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

Referem-se a:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2025

DESCRIÇÃO - OPERAÇÃO	CONTRAPARTE	VENCIMENTO	06.2025
ATIVO			
Aplicação em depósito interfinanceiro	Morgan Stanley	1/7/2025	226
Instrumentos Financeiros Derivativos	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE	até 5 anos	2.151.229
	Kona Fundo de Investimento Financeiro	até 5 anos	493.896
Valores a Receber Prestação de Serviços	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	30 dias	15.411
	Morgan Stanley & Co. LLC	até 1 ano	116.374
	Morgan Stanley Co. PLC (**)	até 1 ano	115.203
	M S Investment Mgmt LTD (**)	até 1 ano	589
	MS MUFG Securities Co. LTD (**)	até 1 ano	510
PASSIVO			
Obrigações por Operações Compromissadas	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1/7/2025	(602.551)
	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE	1/7/2025	(612.178)
Captações em Depósito Interfinanceiro	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	30 dias	(1.004.933)
Captações em Depósito à Prazo	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE	até 3 anos	(1.329.492)
	Kona Fundo de Investimento Financeiro (*)	até 3 anos	(1.375.795)
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.	até 3 anos	(93.459)
	Morgan Stanley Participações Ltda.	até 3 anos	(68.470)
	Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	até 1 ano	(1.354)
Obrigações por empréstimo em moeda estrangeira	Morgan Stanley		(1.638.222)
Instrumentos Financeiros Derivativos	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE	até 5 anos	(1.438.914)
	Kona Fundo de Investimento Financeiro	acima de 10 anos	(542.918)
RESULTADO DO SEMESTRE			06.2025
Despesas de captações em Depósito à prazo	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE		(61.700)
	Kona Fundo de Investimento Financeiro		(105.437)
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.		(6.770)
	Morgan Stanley Participações Ltda.		(3.628)
	Fórmula XVI Fundo de Invest. Multimercado do Crédito Privado - Investimento no Exterior		(3)
Despesas com operações compromissadas e Depósito interfinanceiros	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		(93.710)
	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE		(70.354)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - Investimento no Exterior		939.447
	Kona Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior		(49.022)
Outras Receitas Operacionais	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		16.111
	Morgan Stanley Participações Ltda.		1.128
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.		1.637
	Morgan Stanley Co. LLC (**)		106.576
	Morgan Stanley Co. PLC (**)		102.635
	M S Investment Mgmt LTD (**)		525
	MS MUFG Securities Co. LTD (**)		455

(*) Os Certificados de Depósito Bancário emitidos para o Kona Fundo de Investimento Financeiro estão bloqueados em alienação fiduciária para garantir a exposição decorrente de instrumentos financeiros derivativos.

(**) O Grupo Morgan Stanley tem ainda, políticas globais de preços de transferência em vigor entre as entidades controladora e suas subsidiárias consolidadas consistentes com os padrões internacionais recomendados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e a regulamentação em vigor.

O grau de relacionamento das empresas do Grupo, as quais o Banco possuía transações em 30 de Junho de 2025 é:

- Caieiras Fundo de Invest. Multimercado - FMIE: cotista exclusivo do fundo e também compõe o Conglomerado Prudencial.
- Demais empresas: empresas relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2025
Benefícios de curto prazo a administradores	
Proventos	25.187
Encargos sociais	8.740
Benefício de longo prazo a administradores	
Plano de remuneração com base em ações (1)	24.404
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	8.468

- (1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco oferece plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições realizadas pelo Banco em igual valor àquelas realizadas pelos funcionários e administradores durante o ano.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações da Matriz aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência no grupo, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte do incentivo pode ser cancelado se o vínculo com o funcionário ou administrador for terminado antes do final do período de “amadurecimento” (“*vesting period*”) e a totalidade do incentivo pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão do vínculo com o funcionário e administrador por justa causa durante o “*vesting period*”.

No decorrer do 1º semestre de 2025, Morgan Stanley outorgou 73.746 unidades de ações para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 136,81, considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

Outros planos de compensação diferida

O Banco mantém planos de remuneração diferida para certos funcionários e administradores, os quais preveem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A obtenção destes incentivos estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência no grupo por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte dos incentivos pode ser cancelada se o vínculo com o funcionário ou administrador for terminado antes do final do “*vesting period*”. Os planos são liquidados em dinheiro ao final do período do “*vesting period*”.

16 Contingências

Em 30 de Junho de 2025, o Banco possuía passivos contingentes provisionados de natureza trabalhista no montante de R\$ 4.785, com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada provável, com base na análise de assessor jurídico externo.

2025	
	Trabalhista
Saldo final período anterior	4.559
Atualizações no período	226
Total	<u>4.785</u>

O Banco discute administrativamente uma autuação fiscal da Receita Federal do Brasil referente Contribuições Previdenciárias Patronais relacionadas aos anos de 2014 e 2015. O montante total em discussão é de R\$ 4.999, cuja possibilidade de perda é classificada como possível, com base na análise dos assessores jurídicos.

O Banco não possuía outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

17 Outras informações

a. Despesas tributárias

As despesas tributárias referem-se a:

	06.2025
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(22.276)
Imposto sobre Serviços - ISS	(7)
Programa de Integração Social - PIS	(3.620)
Outras	<u>(9.698)</u>
Total	<u>(35.602)</u>

b. Outras despesas administrativas

	06.2025
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(3.094)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados (*)	(4.435)
Depreciação e amortização	(10.638)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(71.673)
Despesas de aluguéis e condomínio	(7.293)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.736)
Despesas de viagens	(6.613)
Outras	(6.163)
	<hr/>
Total	<u><u>(111.644)</u></u>

(*) Incluem despesas com auditoria externa, cujo montante total anual para o grupo é de R\$ 655.

c. Despesas de pessoal e honorários

Estão representadas por:

	06.2025
Despesas de pessoal - Proventos	(181.611)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(63.091)
Despesas de pessoal - Benefícios	(10.578)
Despesas de pessoal - Despesas com remuneração de estagiários	(674)
Despesas de pessoal - Despesas com treinamento	(425)
Despesas de honorários	(49.591)
Total	<u><u>(305.970)</u></u>

d. Outras despesas operacionais

	06.2025
Despesa de variação cambial	(1.018)
Despesas com clientes	(237)
Outros	(3.025)
	<hr/>
Total	<u><u>(4.280)</u></u>

e. Despesas de provisões passivas

	06.2025
Despesas de provisões passivas	(226)
Total	<u><u>(226)</u></u>

f. Outras receitas operacionais

	06.2025
Ajuste Compensatório de preço de transferência (*)	210.196
Receita de variação cambial	2.986
Receita de clientes	10.360
Total	<u>223.542</u>

(*) Vide nota 15 de Partes relacionadas

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

O índice da Basileia apurado pelo Conglomerado Prudencial, que possui o Banco Morgan como instituição líder em 30 de junho de 2025 é de 22,60 % .

h. Limite Operacional - Acordo da Basileia III

Fator de ponderação de risco	06.2025
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	7.599.165
RWA - Risco de Mercado - RWAm pad	16.942.906
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	3.379.993
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	27.922.064
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	2.233.765
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	6.311.248
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	4.077.483
Índice da Basileia = PR*8%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	22,60%
Razão de Alavancagem	25,42%

Composição do Patrimônio de Referência Requerido - Basileia III

	2025
Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	6.311.248
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	4.635.924
Patrimônio de Referência Nível I	6.311.248
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	1.675.324
Margem sobre o Capital Principal Requerido	5.054.755
Capital Principal para comparação com RWA	6.311.248
Capital Principal - CP	6.311.248

Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	1.256.493
Margem sobre o PR considerando a RBAN e o Adicional de Capital Principal	3.304.442
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	2.308.755
Valor correspondente ao RBAN	74.990
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	1.431.006
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	1.256.493
Adicional de Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	698.052
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	6.311.248
Limite para Imobilização	3.155.624
Valor da situação para o Limite de Imobilização	57.698
Valor da Margem (limite de imobilização)	3.097.926

18 Gerenciamento de risco

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e consequentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Banco.

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação frequente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local. A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento acerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito consistem em avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, e, se houverem, monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estejam relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa 6.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas.

Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de eventuais posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Eventualmente, o Banco pode atuar em atividades que resultem em transações com características de operações de crédito. Neste caso, similarmente às operações de derivativos, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das transações, reavaliando a solidez das contrapartes. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também atribui ratings de crédito, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas transações.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é uma parte inerente das atividades de negócios do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado refere-se ao risco de uma ou mais mudanças nos níveis de preços de mercado, taxas de juros, índices, volatilidades ou outros fatores de mercado, que possam resultar em perdas para uma posição ou carteira do Conglomerado Morgan Stanley.

Estrutura de Governança e Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e conta com o auxílio do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação e o gerenciamento desse risco. O Comitê de Riscos Brasil supervisiona as exposições ao risco de mercado e é responsável por assegurar que os mesmos sejam monitorados e reportados de forma correta. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é composta pelo Comitê de Riscos Brasil e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD”). Além disso, as Unidades de Negócios (“Bus”) também são responsáveis por gerenciar as exposições ao risco de mercado. Desta forma, todos são responsáveis por assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

As principais atribuições do MRD/LRD são:

- Identificar, mensurar e avaliar os riscos de mercado decorrentes das atividades bancárias do Conglomerado Morgan Stanley;
- Propor limites de risco de mercado;
- Monitorar e reportar as exposições ao risco contra os limites;
- Assegurar que os controles de risco de mercado estão em uso e são efetivos;
- Auxiliar o Diretor de Riscos do Conglomerado Morgan Stanley nos assuntos pertinentes ao risco de mercado e assegurar escalonamento de problemas relevantes;
- Revisar a aderência do Conglomerado Morgan Stanley aos requerimentos regulatórios;
- Revisar, ao menos anualmente, e recomendar atualizações para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

Mensuração e Modelagem do Risco de Mercado

MRD/LRD mensura as exposições ao risco de mercado entre as diversas carteiras do Conglomerado Morgan Stanley utilizando uma ampla gama de fatores e sensibilidades consistentes com a complexidade de seus produtos. A modelagem do risco de mercado inclui, entre outras medidas, o cálculo do VaR (“Value at Risk”).

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e geração de liquidez, o Conglomerado Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e *commodities*. O Conglomerado Morgan Stanley está exposto também à volatilidade desses fatores de risco.

As atividades das quais essas exposições emergem e os mercados nos quais o Conglomerado Morgan Stanley é participante ativo incluem: títulos públicos, ações, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são mensurados com as ferramentas apropriadas, incluindo cálculos de sensibilidade a fatores de risco de mercado e monitorados através do estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (1 basis point) na estrutura a termo de taxa de juros em Reais:

Data	De 6					Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Junho 2025	(62.298)	(22.072)	(25.893)	(328.038)	(467.430)	125.059

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível estimar no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de confiança. O VaR agrega os riscos associados as carteiras com vários ativos em um único valor.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor das carteiras, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco e informação sobre a sensibilidade e a exposição da carteira à mudanças nesses fatores.

O modelo de VaR do Conglomerado Morgan Stanley evolue em resposta a mudanças na composição das carteiras e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Conglomerado Morgan Stanley continuamente revisa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com período de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedgeadas* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de risco que possam vir a ocorrer no futuro.
5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Banco Morgan Stanley está ciente dessas e outras limitações e, dessa forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Esse processo também incorpora testes de estresse baseado em análise de sensibilidades, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e consolidado.

A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Conglomerado Morgan Stanley em junho de 2025.

Categoria	2025	
	Exposição	VaR
Taxa de Juros	35.855.715	5.094
Ações	(6.377.336)	16.380
Taxa de Câmbio	(225.912)	1.585
Outros	13.591	1.461
Subtotal		24.521
(-) Benefício de Diversificação (a)		10.616
Total VaR Negociado		13.904
VaR Total		13.904

- (a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

95%/ VaR diário 2025

Categoria de risco de mercado:	Final do período	Média	Máxima	Mínima
	Taxa de Juros	5.095	2.787	11.519
Ações	16.380	15.582	21.299	11.690
Taxa de Câmbio	1.584	5.511	18.817	87
Outros	1.461	919	5.698	368
Categorias primárias de Risco (VaR)	24.521	24.800	57.333	13.865
Benefício de diversificação (1)	10.616	9.734	-	-
VaR Total Administrado	13.905	15.066	23.585	10.369

- (1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.

A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	30-jun-25	
		Vendido	Comprado
	Bolsa	(9.294.829)	43.649.257
	Balcão	(97.959.369)	99.432.787
Taxa de juros	Total	(107.254.197)	143.082.044
	Bolsa	(2.555.415)	17.522.791
	Balcão	(107.155.525)	93.672.246
Taxa de Câmbio	Total	(109.710.940)	111.195.037

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	30-jun-25	
		Vendido	Comprado
	Bolsa	(32.306.273)	12.923.696
	Balcão	(6.589.858)	14.925.001
Preço de Ações	Total	(38.896.132)	27.848.697
	Bolsa	-	-
	Balcão	(547.688)	561.279
Preço de Mercadorias (Commodities)	Total	(547.688)	561.279

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	30-jun-25	
		Vendido	Comprado
	Bolsa	-	-
	Balcão	(6.378.969)	6.406.836
Taxa de juros	Total	(6.378.969)	6.406.836
	Bolsa	-	-
	Balcão	(1.710.010)	-
Taxa de Câmbio	Total	(1.710.010)	-
	Bolsa	(2.481.269)	7.151.367
	Balcão	-	-
Preço de Ações	Total	(2.481.269)	7.151.367

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos.

O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações que possam potencialmente causar problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova as Políticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco de Liquidez e conta com o auxílio do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação do gerenciamento do risco de liquidez considerando a estrutura de gerenciamento de riscos disposta na resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é composta pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), Comitê de Riscos Brasil, Diretor Financeiro, Tesouraria Corporativa, Diretoria de Operações e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD”), cada um com atribuições específicas para assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

O Conglomerado Morgan Stanley monitora de maneira prospectiva o risco de liquidez através de:

- relatório diário de fluxo de caixa
- teste de estresse de liquidez
- avaliação do risco intradia
- controle de concentração de captação
- monitoramento de limites e plano de contingência.

Os indicadores e análises relativos ao Risco de Liquidez são apresentados para a administração da instituição no Comitê de Riscos Brasil e no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

e. Risco operacional

O Departamento de Risco Operacional do Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A Política Global de Gerenciamento de Riscos Operacionais e seus procedimentos definem conceitos, estabelecem as diretrizes, metodologias e ferramentas a serem aplicadas de acordo com sua natureza, tamanho e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Conglomerado Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco Operacional

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley é responsável por aprovar as políticas de gerenciamento de risco operacional compreendendo de forma abrangente os riscos operacionais que possam impactar a Instituição. Além da Diretoria, a estrutura de gerenciamento de risco operacional local é composta por:

- Comitê de Riscos Brasil, responsável por propor à Diretoria as políticas relacionadas ao risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley
- Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional Brasil, composto pelas áreas de negócio e de suporte do Conglomerado Morgan Stanley;

- Departamento de Risco Operacional, se reportando ao Diretor de Riscos (CRO) do Conglomerado Morgan Stanley, e ao Departamento de Risco Operacional do Grupo Morgan Stanley em Nova Iorque;
- Unidades de Negócio e de Suporte, como responsáveis primários pelo gerenciamento de riscos operacionais, e
- Coordenadores de Risco Operacional, definidos como o ponto focal de cada área para reporte e atendimento das questões relacionadas a risco operacional.

Principais Atribuições do Departamento de Risco Operacional são:

- Supervisionar, analisar e monitorar o risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley;
- Produzir e apresentar análise de riscos e relatórios para informação da alta administração do Conglomerado Morgan Stanley e seus Comitês;
- Apresentar ao Comitê de Risco Brasil eventos ou potenciais impactos relacionados ao Risco Socioambiental identificados pelas áreas responsáveis pelo gerenciamento de Risco Socioambiental.
- Apresentar ao Comitê de Riscos Brasil, eventos de continuidade de negócios, os resultados dos testes de continuidade de negócios, bem como a revisão dos planos. Apresentar eventos de serviços terceirizados e eventos relevantes de Tecnologia, se existirem
- Validar e verificar a efetividade da estrutura de gerenciamento de risco operacional estabelecida na Política Global de Risco Operacional;
- Dar suporte as áreas nos procedimentos de Auto Avaliação de Riscos e Controles, de Captura de Incidentes de Risco Operacional, de Captura dos Apontamentos e Planos de Ação. Monitorar e reportar sobre a qualidade, tempestividade e completa aderência nesses procedimentos;
- Desenvolver e manter ferramentas de suporte para a gestão de risco operacional;
- Fornecer treinamentos e conscientização de risco operacional e também sobre a política, e
- Fornecer mecanismos de reporte para possibilitar o monitoramento sobre as políticas e procedimentos relacionados.

Procedimentos e Atividades de Gerenciamento de Risco Operacional

O Departamento de Risco Operacional implementou procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais:

- Avaliação de Riscos: é o processo para determinar o nível de risco do Conglomerado e identificar riscos que requerem ações. Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de risco é a execução do processo de Auto Avaliação de Riscos e Controles pelas áreas de negócio e de suporte.
- Incidentes de Risco Operacional: é o processo de captura e reporte dos incidentes internos de risco operacional ocorridos ou que impactaram as áreas. O Conglomerado mantém um repositório dessas informações para coleta dos dados, seja quantitativos ou qualitativos.
- Ações Corretivas: quando um risco operacional identificado está acima do nível aceito pelo Conglomerado, as áreas responsáveis identificam, se aplicável, uma ação corretiva para redução do nível de risco. O Conglomerado possui uma ferramenta para monitoramento de potenciais riscos operacionais e seus planos de ação.
- Mensuração e Reporte de Riscos: O Departamento de Risco Operacional independentemente, avalia, mede e monitora os riscos operacionais do Conglomerado e

fornece relatórios de risco para a Diretoria do Conglomerado, Comitês e Grupos de Supervisão. Os relatórios podem apresentar o perfil de risco do Conglomerado, incidentes e perdas operacionais ocorridas no período, pontos de atenção significativos no período, status de planos de ação, situação dos indicadores, quando aplicável, e escala as questões relevantes.

Metodologia de Mensuração de Capital e Parcela de Risco Operacional

O Conglomerado no Brasil optou pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), que corresponde ao modelo mais simplificado para o cálculo de alocação de capital referente a parcela de risco operacional.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital>. (não auditado).

19 Evento subsequente

A administração avaliou potenciais mudanças de eventos subsequentes e não identificamos impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2025.